



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 681396 - PR (2021/0226924-1)

RELATORA : MINISTRA LAURITA VAZ
IMPETRANTE : FERNANDO RODRIGUES BORTOLATTO
ADVOGADO : FERNANDO RODRIGUES BORTOLATTO - PR070600
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ
PACIENTE : EDUARDO BUBNA LIMA (PRESO)
CORRÉU : LUCIANO APARECIDO DE LIMA
CORRÉU : CARLOS HENRIQUE GARCIA DA SILVA
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar interposto em favor de FERNANDO RODRIGUES BORTOLATTO contra acórdão do TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO PARANÁ (HC n. 074635-33.2020.8.16.0000).

O paciente foi pronunciado como incurso nas disposições do art. 121, § 2º, incs. I, III e IV, cumulado com o art. 29, ambos do CP, bem como pelo delito conexo tipificado no art. 129, do mesmo diploma legal, negando seu direito de recorrer em liberdade.

A defesa sustenta a ocorrência de constrangimento ilegal, uma vez que o paciente encontra-se preso preventivamente desde 27/07/2020, tendo a autoridade coatora desconsiderado que se trata de réu primário, com bons antecedentes, ocupação lícita e residência fixa.

Ressalta que o Magistrado não esclareceu, de forma fundamentada e individualizada, porque não caberia no caso concreto a substituição da preventiva por outras medidas cautelares, tal como exige o § 6º do art. 282 do CPP.

Requer, liminarmente e no mérito, a concessão da ordem para que seja revogada a prisão preventiva imposta ao paciente, nos termos do artigo 316 do CPP, concedendo-se a ele o direito de recorrer em liberdade, ou, alternativamente, sejam aplicadas medidas cautelares diversas da prisão, nos termos dos art. 282 c/c art. 319 do CPP.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Com efeito, da leitura do acórdão impugnado, observa-se que foram declinados os fundamentos para justificar a manutenção da custódia cautelar do paciente (e-STJ fls. 36/37):

“Nos termos do art. 413, § 3º, do Código de Processo Penal, por entender que persistem os motivos que levaram à decretação da prisão preventiva dos acusados, MANTENHO a prisão preventiva dos réus. Não houve alteração na situação de fato que justifique infirmar os fundamentos da decisão anterior (mov. 11.1). Verifico que estão presentes indícios suficientes de autoria (fumus commissi delicti), que inclusive fundamentam a presente decisão de pronúncia. Ainda, tenho que a custódia dos

acusados se mostra essencial para garantia da ordem pública, em razão da periculosidade concreta demonstrada, verificada, entre outros elementos, pelo modus operandi descrito na peça inaugural. Outrossim, resta evidenciado que a aplicação de qualquer uma das medidas cautelares estabelecidas no artigo 319 do Código de Processo Penal não se revela suficiente/adequada em face da gravidade da conduta analisada nos autos. Por essa razão, mantenho a custódia cautelar e deixo de conceder aos réus CAIO HENRIQUE DE AZEVEDO SIQUEIRA, CARLOS HENRIQUE GARCIA DA SILVA e EDUARDO BUBNA LIMA o direito de recorrer em liberdade”.

(...)

Impende consignar que, segundo narra a exordial acusatória, o paciente e os corréus CARLOS HENRIQUE GARCIA DA SILVA e CAIO HENRIQUE DE AZEVEDO SIQUEIRA, agrediram Luciano Aparecido de Lima mediante chutes, pontapés e golpes com um pedaço de madeira, em razão de ele ter tentado apartar uma briga na qual os três estavam envolvidos, ocasião em que também agrediram os filhos de Luciano, os adolescentes Luiz Eduardo Vilas Boas de Lima e Patrick Vilas Boas de Lima, quando tentaram defender o pai. Devido ao espancamento, conquanto tenha sido socorrido e levado ao hospital, Luciano veio a óbito. Além disso, o paciente se evadiu do local dos fatos e foi localizado apenas posteriormente.

Diante disso, restou evidenciada a periculosidade do acusado, a qual se amolda perfeitamente às hipóteses previstas no artigo 312, do Código de Processo Penal e autoriza a manutenção do decreto prisional, além de que, da análise dos elementos presentes no caderno processual, conclui-se que o quadro fático que ensejou a conversão da prisão em flagrante em preventiva continua hígido.

Ademais, observa-se que paciente se encontra preso preventivamente desde 27 de julho de 2020, inexistindo longo período, a ponto de terem ocorrido drásticas alterações, aptas a implicar a soltura

Assim, ao contrário do que a defesa aduz, observa-se que a fundamentação do acórdão combatido, bem como na decisão de pronúncia, a qual manteve a segregação cautelar do acusado, demonstra de maneira suficiente e adequada o fator que consubstancia a necessidade da prisão como ferramenta *periculum in libertatis* garantidora da ordem pública, em virtude da periculosidade concreta do paciente, representada pelo modo de execução do crime de homicídio qualificado.

Considerando, ainda, que o pedido se confunde com o próprio mérito do recurso, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 19 de julho de 2021.

MINISTRO JORGE MUSSI

Vice-Presidente, no exercício da Presidência